



**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos Recurso Contencioso Eleitoral n.º 18/2020, em que são recorrentes os Deputados municipais **Elisabete dos Santos Évora** e **Outros** e entidade recorrida a **Assembleia Municipal da Boavista**.

# TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

## ACÓRDÃO N.º 53/2020

(Nos Autos de Recurso da Eleição da Mesa da Assembleia Municipal da Boavista realizada no dia 23 de novembro de 2020)

### I. Relatório

1. A 08 de dezembro de 2020 deu entrada na Secretaria do Tribunal Constitucional um recurso contencioso eleitoral da autoria dos seguintes eleitos municipais, com demais identificação constante dos autos, **Elisabete dos Santos Évora, Ildo Adalberto Lima, Aline Brito da Costa, Hernâni Alberto Ramos dos Santos e Vicente Pinto Lima Silva**, todos eleitos pelo Movimento para a Democracia na Assembleia Municipal da Boavista. Inconformados com a deliberação deste órgão que elegeu a respetiva Mesa para o mandato de 2020/2024, os referidos autarcas interpuseram o recurso para o Tribunal Constitucional, ao abrigo dos artigos 2.º, 3.º e alínea e) do artigo 14.º da Lei n.º 56/VI/2005, de 23 de fevereiro, com os fundamentos seguintes:

- «1. A eleição ora impugnada teve lugar no dia 23 de novembro corrente.
2. No quadro da instalação da Assembleia Municipal saída das eleições autárquicas de 25 de outubro P.P..
3. A lista mais votada para a Assembleia Municipal da Boavista nas referidas eleições foi apresentada pelo Movimento para Democracia e cujo primeiro nome foi Elisabete dos Santos Évora.

4. Porém, a eleição recaiu em: Walter Emanuel da Silva Évora eleito pelo PAICV, para presidente, Kathia Cleunice Fortes Resende Mugia, eleita pelo PP, para Vice-Presidente, e Cecílio Sousa Pinto pelo PAICV, para Secretário.
5. Por isso, **tal eleição viola a lei.**
6. **Primeiro** viola expressamente o disposto no nº3 do artigo 67º do Estatuto dos Municípios.
7. De acordo com esse preceito legal, em contexto de instalação de uma nova Assembleia Municipal, como é o caso, a eleição para a composição da respetiva Mesa se refere apenas aos “outros” membros da mesa definitiva (sublinhados recorrentes) e não também ao presidente.
8. Subtende tal preceito que no referido contexto, a presidência da Mesa continua a ser assegurada, por inerência, pelo primeiro nome da lista mais votada “para a Assembleia Municipal na eleição por sufrágio universal, direto e secreto acabada de ocorrer e pela qual o povo diretamente determinou a nova composição da Assembleia Municipal,
9. Transitando da situação de provisoriedade para a de definitividade no cargo.
10. E compreende-se que assim deva ser.
11. A lei exige que cada lista de candidatos às eleições dos titulares de órgãos plurinominais seja “ordenada” (artigo 337º nº 2 do Código Eleitoral, doravante CE).
12. Considera “os candidatos ordenados segundo a ordem de precedência indicada na respetiva declaração de candidatura (artigo 403º nº2 do CE) ou segundo a sequência constante da respetiva declaração de candidatura (artigo 419º nº2 do CE).
13. E afirma, em ambos os casos, que «os mandatos são atribuídos pela referida ordem de precedência».

14. E a Constituição reforça tais princípios, dando-lhe a dignidade constitucional ao estabelecer, no seu artigo 116º para as eleições à Assembleia Nacional, mas extrapolável para as eleições autárquicas que: *«em cada lista os candidatos consideram-se ordenados segundo a ordem de precedência»*.
15. Isto é nas listas eleitorais para órgãos colegiais há uma precedência imposta por lei.
16. Que funciona também como um quadro de referência enviado pelas candidaturas ao eleitorado e,
17. Ainda mais importante, para o eleitor decidir o sentido do seu voto no momento do sufrágio.
18. Os cabeças de lista são, explícita ou implicitamente, vistos pela lei e pelos eleitores como o candidato à liderança dos órgãos que emanarão da eleição.
19. O que não é indiferente ou irrelevante, muito pelo contrário, para determinar o sentido de voto do eleitorado.
20. Que, em regra, vota mais em função da pessoa notória, de proa que figura à cabeça da lista e se apresenta durante a campanha como candidata à presidência do correspondente órgão a eleger, do que dos restantes integrantes da mesma lista frequentemente ilustres desconhecidos da generalidade dos eleitores.
21. Por isso a referida precedência – parte integrante e elemento da maior relevância em todo processo eleitoral – não pode ser subvertida no momento da composição dos órgãos emanados da eleição.
22. Sob pena de frustração de expectativas legítimas do eleitorado, com reflexos negativos na confiança e participação popular no processo e sistema eleitoral.
23. E de descrédito e subversão da própria ideia de Democracia.

24. Faz, pois, todo o sentido que o ou a cabeça da lista mais votada assuma a presidência da assembleia plural.
25. Como, aliás, acontece e até já por norma vinculativa de origem costumeira – em relação ao órgão municipal paralelo a Câmara Municipal, saída da mesma eleição.
26. Além disso, a eleição ora impugnada excluiu completamente da composição da Mesa da Assembleia Municipal da Boa Vista qualquer representação da Lista do Movimento para Democracia a mais votada na eleição.
27. E assim, também **viola frontal e completamente o princípio constitucional geral da representação proporcional**, estabelecido no artigo 105º da Constituição.
28. Nos termos do qual, salvo norma eleitoral em contrário “*a conversão de votos em mandato em cada colégio eleitoral plurinominal far-se-á de acordo com o princípio da representação proporcional* (..)
29. **Na constituição**, tal princípio é afirmado **também no artigo 116º**, a propósito de eleições para Assembleia Nacional (como mencionado supra) e **referido no artigo 234º/2** precisamente a propósito da assembleia deliberativa autárquica.
30. O princípio é **igualmente** estabelecido como critério de eleição para a Assembleia Nacional e para as autarquias locais na lei eleitoral (Cfr. artigos **405º e 422º do CE**).
31. Trata-se de uma das dimensões do mais geral e complexo princípio democrático largamente afirmado no texto constitucional (Cfr. artigos 1º, 1 e 3, 2º, 3º, 7º b), c) d), 57º 1 e 6, 91º 2, 104º e 118º);
32. Traduzindo-se, no fundamental em “*nos órgãos colegiais representativos conferir a cada força política a representação correspondente à sua expressão eleitoral* “
- Tal não aconteceu na eleição impugnada.

**Em conclusão.**

- a) A eleição ora impugnada não teve em conta que, em contexto de instalação, o cargo de presidente da Assembleia Municipal incumbe por inerência, ao primeiro nome da lista mais votada;
- b) O primeiro nome da lista mais votada é Elizabete dos Santos Évora, eleita pelo Movimento para a Democracia.
- c) A eleição ora impugnada excluiu completamente da composição da Mesa da Assembleia Municipal de São Vicente (sic!!!) [*obviamente quer-se referir a Boavista e não a S.Vicente*] qualquer representação do Movimento para a Democracia , a mais votada na eleição;
- d) A eleição ora impugnada violou, por isso e **expressamente**, o disposto no **nº 3 do artigo 67º do Estatuto dos Municípios**.
- e) Violou também frontal e completamente, o **princípio constitucional geral da representação proporcional**, estabelecido nos artigos **105º, 116º e 234º nº 2 da Constituição**, bem como nos artigos 405º e 422º do Código Eleitoral, e que propugna, nos órgãos colegiais representativos, conferir a cada força política a representação correspondente à sua expressão eleitoral.
- f) Sendo uma das dimensões do **princípio democrático** que enforma e informa a ordem constitucional vigente.

2. Os autores terminaram, pedindo que seja dado provimento ao presente recurso e especialmente:

- A) Seja **anulada, por violação de lei, a eleição** ora impugnada;
- B) Seja **considerada eleita** para Presidente da Assembleia Municipal da Boavista Elizabete dos Santos Évora, por inerência de ser o primeiro nome da lista mais votada e nos termos do nº 3 artigo 67º do Estatuto dos Municípios; e

C) Seja nos termos legais, **repetida a eleição apenas para os cargos de Vice-Presidente e de Secretário da Mesa** e com respeito pela expressão eleitoral da segunda e terceira forças políticas representadas na Assembleia.

3. A Assembleia Municipal instruiu os autos e remeteu-os ao Tribunal Constitucional, nos termos do nº 4 do artigo 122º da LTC, tendo feito juntar aos mesmos dois documentos, designadamente a ata da Assembleia Constituinte e a Ata da primeira reunião em que se realizou o ato eleitoral.

4. Na sequência da distribuição do processo, o Relator do mesmo determinou, no dia dez de dezembro, a notificação dos grupos políticos contra-interessados na Assembleia Municipal, PAICV e PP para responderem ou oferecerem o que houvessem por conveniente no prazo de cinco dias a partir da data de notificação.

5. O PAICV, representado pela sua Líder, Senhora D. Gilda Marques, e o PP, representado também pelo respetivo líder, Senhor Dr. Sergio Corra, apresentaram ambos as respetivas respostas no dia 15 de dezembro do corrente ano.

6. O PAICV, pugnou pela improcedência do pedido, tendo apresentado os seguintes argumentos:

«1. Pretendem os recorrentes que seja anulada, por violação da lei, a eleição da Mesa definitiva da Assembleia Municipal de Boa Vista, ocorrida no dia 23 [de novembro] de 2020, no quadro da instalação da Assembleia Municipal saída das eleições autárquicas de 25 de outubro do mesmo ano;

2. Que seja considerada eleita para Presidente da Assembleia Municipal de Boa Vista o primeiro nome da lista mais votada, in caso Elizabete dos Santos Évora, do MPD;  
e

3. Que seja repetida a eleição para os cargos de Vice-Presidente e de Secretário da Mesa referida Assembleia Municipal;

**PARA TANTO,**

4. Alegam, os recorrentes que essa eleição viola o disposto no nº 3 do artigo 67º da Lei nº134/IV/95, de 3 de julho, que aprova o Estatuto dos Municípios;

5. Porém, salvo o devido respeito, não se pode concordar com a tese sufragada pelos recorrentes;

6. De acordo com o artigo 90º do Estatuto dos Municípios, a instalação da Câmara Municipal compete ao Presidente da Assembleia Municipal, far-se-á no prazo de quinze dias a contar da proclamação dos resultados das eleições e nos termos do numero 2 do artigo 67º.

7. Ou seja, no ato de instalação verificar-se-á a legitimidade e a identidade dos eleitos lavrando ata avulsa da ocorrência redigida por quem o presidente da Assembleia Municipal eleito [*cessante* diz a lei] designar e assinada por este, pelo representante do membro do governo com funções tutelares sobre os Municípios e pelos eleitos.

8. Nos termos do numero 1 do artigo 67º do Estatuto dos Municípios, a mesa da Assembleia Municipal cessante procederá á instalação da nova Assembleia, no prazo de 15 dias a contar da proclamação dos resultados eleitorais;

9. É verdade que de acordo, com o disposto no nº3 do mesmo artigo, concluído o ato de instalação, constituir-se-á uma mesa provisória presidida pelo primeiro nome da lista mais votada e secretariado pelos dois membros mais novos, que dirigirá os trabalhos da primeira reunião da Assembleia Municipal, com vista à aprovação do regimento e a eleição dos outros membros da mesa definitiva;

ORA,

10. A norma do nº 3 do artigo 67º do Estatuto dos Municípios não é suficientemente clara em relação à competência da mesa provisória;

11. Efetivamente, segundo nela se dispõe, à mesa provisória cabe além da aprovação do regimento, a eleição dos outros membros da mesa definitiva;

12. É evidente que a redação desse preceito inculca a ideia de que o Presidente da mesa provisória, ou seja, o primeiro nome da lista mais votada, é automaticamente Presidente da Mesa definitiva da Assembleia Municipal;

13. Entretanto essa dúvida induzida pela redação, quanto a nós, defeituosa do preceito do nº3 do artigo 67º, é suprida pelo artigo 68º da mesma lei, sob epigrafe “Mesa, ao dispor expressamente, “1 A mesa é composta por um presidente, um Vice-Presidente um Secretário. 2 A mesa é eleita pelo período do mandato, por escrutínio secreto, e por maioria absoluta de votos dos membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções.

14.No mesmo sentido vai o Regimento da Assembleia Municipal da Boa Vista;

15. Segundo o qual, a Mesa da Assembleia é eleita por escrutínio secreto, pelo período do mandato, de entre listas completas e nominativas, nas quais constam os cargos a desempenhar pelos respetivos candidatos, sob proposta de qualquer membro da Assembleia ou grupo político (cfr. artigo 16º/2 do Regimento);

16. Sendo a mesma eleita por maioria absoluta dos votos dos membros da Assembleia em efetividade de funções (*Cfr. Artigo 16º, ibidem*);

17. Aliás, outro entendimento não se mostra razoável;

18. Uma vez que as candidaturas, independentemente da posição que os candidatos ocupam nas respetivas listas, são para os órgãos eletivos dos municípios, ou seja no caso a Assembleia Municipal, e não para Presidente desse órgão, nos termos do artigo 234º,nº1, da Constituição da Republica;

19. Vale isto dizer que o primeiro nome da lista mais votada, ainda que presidente da mesa provisória, não é automaticamente Presidente da Mesa definitiva;

20. Sê-lo-á, caso for eleito por maioria absoluta de votos dos membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções, de acordo com o disposto no artigo 68º do Estatuto dos Municípios.

Nestes termos, nos melhores de direito aplicáveis e no mais douto suprimento de V. Excia, respeitosamente requer:

Seja indeferido o recurso interposto pelos eleitos do Movimento para a Democracia (MPD) na Assembleia Municipal de Boa Vista pelo MpD, atento ao disposto nos



artigos 234º; da Constituição, 68º do Estatuto dos Municípios, e 16º do Regimento da Assembleia Municipal da Boa Vista».

7. O Partido Popular (PP), representado pelo seu líder Senhor Dr. Sergio Corra, ofereceu as seguintes informações a argumentos:

*«Sobre o assunto, podemos declarar que o Partido Popular, confirmou em vários contactos com a Senhora Elisabete Dos Santos Évora, do MPD, de não ter nenhum interesse a participar a mesa definitiva da Assembleia Municipal da Boa Vista, também foi confirmado em um contacto com o ex Presidente da Assembleia municipal Doutor Péricles Africano Barros e com o dirigente do MPD da Boa Vista Senhor Paulo Santos.*

*Na primeira Assembleia de empossamento, foi com grande surpresa que o meu nome, Sergio Corra, foi inserido na lista proposta pelo MPD.*

*Tomamos a palavra e pedimos de retirar imediatamente, considerando que não havia consentimento para fazer parte da mesa definitiva.*

*Depois de algumas intervenções, a Assembleia foi suspensa.*

*No segundo dia da Assembleia de empossamento, considerado que a proposta do MPD continuava a manter o meu nome e do deputado Nacional Walter Évora, ambos sem consentimento dos interessados, para sair do impasse, decidimos de autorizar uma proposta do PAICV englobando a nossa deputada Kathia Cleunice Fortes Resende Murgia no encargo de Vice Presidente da Assembleia definitiva.*

*Segundo o nosso parecer, a lista proposta foi no respeito das leis e a votação foi regular.»*

## **II. Fundamentação**

1. Antes de analisarmos as questões de mérito, importa, ainda que brevemente, verificar os pressupostos da admissibilidade do recurso eleitoral : a competência do Tribunal, a legitimidade dos recorrentes e a tempestividade.

- 1.1. O Tribunal Constitucional é órgão *competente* para apreciar a matéria de recursos de eleições realizadas nas Assembleias Municipais, tendo em conta o disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 215º da Constituição e ainda o estabelecido na alínea e) do artigo 14º e no nº 1 do artigo 122º da Lei nº 56/VI/2005, de 28 de fevereiro, que estabelece a competência, a organização e o funcionamento do Tribunal Constitucional, o estatuto dos seus juízes e os processos da sua jurisdição (LTC). Com efeito, nos termos do artigo 215º, alínea c) do nº 1 da Lei Fundamental do País, o Tribunal Constitucional é o tribunal ao qual compete, especialmente, administrar a Justiça em matéria de natureza jurídico-constitucional, designadamente, no que se refere a «*jurisdição em matéria de eleições...*». O artigo 14º, sob a epígrafe «competência relativa a processos eleitorais», prevê, que «compete ao Tribunal Constitucional julgar os recursos relativos às eleições realizadas na Assembleia Nacional e nas Assembleias Municipais. Por seu turno, o nº 1 do artigo 122º da LTC determina que as eleições realizadas nas Assembleias Municipais «*podem ser impugnadas no Tribunal Constitucional*». Por conseguinte, compete a esta Corte julgar o presente recurso da eleição da Mesa da Assembleia Municipal da Boavista.
- 1.2. No que se reporta à questão da *legitimidade* dos recorrentes há que ter em conta que nos termos do nº 2 do artigo 122º da LTC, o recurso de eleição realizada nas Assembleias Municipais pode ser interposto por meio de requerimento apresentado por eleito municipal. No caso em apreço o requerimento foi subscrito por 5 eleitos municipais do Movimento para a Democracia. Assim os recorrentes têm *legitimidade* para interpor o recurso.
- 1.3. No que concerne à *tempestividade* há que considerar o seguinte: o nº 3 do artigo 122º da LTC determina que o prazo para a interposição do recurso é de cinco dias, a contar da data da realização da eleição. Ora, a eleição impugnada teve lugar no dia 23 de novembro e o recurso deu entrada na Assembleia Municipal da Boavista no dia 26 do mesmo mês, pelo que deve ser considerado *tempestivo*.
- Tratando-se de um processo eleitoral, embora no âmbito de um órgão deliberativo, e dada a urgência do mesmo, entende o Tribunal que a contagem do prazo deve obedecer a doutrina ínsita no artigo 264º do CE, correndo o mesmo prazo «em dias de tolerância de ponto, domingos e feriados».

**2. As questões principais a responder pelo Tribunal são as seguintes:**

- A. Um cabeça de lista de um partido político ou grupo de cidadãos à Assembleia Municipal deve, à luz do quadro normativo vigente, ser consagrado Presidente da Assembleia Municipal de um município pelo facto de a lista que encabeçou para a Assembleia Municipal ter sido a lista mais votada pelos eleitores municipais?**
  - B. A eleição realizada a 18 de dezembro pela Assembleia Municipal de S. Vicente viola o regime jurídico aplicável à eleição da sua mesa definitiva porque os deputados municipais em vez de escolherem como Presidente a candidata do partido mais votado para a Assembleia Municipal escolheram o candidato do segundo partido mais votado ?**
  - C. Ao não contemplar na composição da Mesa da Assembleia Municipal qualquer elemento do partido mais votado nas eleições para a Assembleia Municipal o ato eleitoral terá violado o princípio da representação proporcional, enquanto expressão do princípio democrático, estabelecido nos artigos 105º, 116º e 234º, nº 2 da Constituição da República, bem como os artigos 416º e 433º do Código Eleitoral ?**
  - A. Um cabeça de lista de um partido político ou grupo de cidadãos à Assembleia Municipal deve, à luz do quadro normativo vigente, ser consagrado Presidente da Assembleia Municipal de um município pelo facto de a lista que encabeçou para a Assembleia Municipal ter sido a lista mais votada pelos eleitores municipais ?**
- 1. Os ilustres Deputados municipais que impugnaram a eleição da mesa da Assembleia Municipal sustentam que o primeiro nome da lista mais votada deve ser considerado eleito com base em dois argumentos essenciais: a) o argumento da precedência dos candidatos na lista b ); no facto de alegadamente a lei e os eleitores considerarem o cabeça de lista como o candidato à liderança dos órgãos que emanam das eleições.**

*Em relação ao primeiro argumento, os recorrentes afirmam que «a referida precedência não pode ser «subvertida no momento da composição dos órgãos emanados da eleição».*

Em relação ao segundo argumento adiantam textualmente que o cabeça de lista é visto «pela lei e pelos eleitores como o candidato à liderança dos órgãos que emanarão da eleição».

*Argumentam ainda que «faz ... todo o sentido que o ou a cabeça da lista mais votada assuma a presidência da assembleia plural...» «como aliás acontece – e até já por norma vinculativa de origem costumeira- em relação ao órgão municipal paralelo, a Câmara Municipal, saída da mesma eleição».*

2. Vejamos os argumentos à luz daquilo que está na Constituição e na Lei. Primeiro, é preciso dizer que a tese da dispensa da eleição ou de um deslize do cabeça de lista da lista mais votada da presidência da mesa provisória para a presidência da mesa definitiva da Assembleia Municipal não é nada de novo, uma vez que tal tese parece ter sido suscitada já em 2004 num debate na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de S. Vicente, embora posteriormente tenha sido afastada <sup>1</sup>.

Olhando para a Constituição, a Lei Eleitoral e o Estatuto dos Municípios não parece haver qualquer norma explícita ou implícita que preveja que o cabeça de lista da lista mais votada para a Assembleia Municipal deva ser automaticamente Presidente da Assembleia Municipal.

3. A Constituição, como é natural, nem sequer prevê a figura de um Presidente da Assembleia Municipal ou de um Presidente da Câmara Municipal ou de qualquer tipo de autarquia.

Ela preocupa-se com a organização das autarquias locais em três momentos particulares: primeiro em sede do Poder Local (Título VI da Parte V) no artigo 234º e no artigo 238º, e ainda em sede de normas de distribuição de competências.

---

<sup>1</sup> Cfr. Transcrição da ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de S. Vicente realizada nos dias 26, 27 e 30 de abril, pp. 11 e 12 ( intervenções dos deputados municipais Teófilo Figueiredo Silva e Lídio Silva ).

Assim, no artigo 234º estatui o seguinte «: 1. **a organização das autarquias locais** compreende uma assembleia eleita, com poderes deliberativos e um órgão colegial executivo responsável perante aquela. 2. A assembleia é eleita pelos cidadãos eleitores residentes na circunscrição territorial da autarquia, segundo o sistema representativo».

No segundo caso, estabelece, ao abrigo do nº 1 do artigo 238º, que as atribuições e **organização** das autarquias, bem como a competência dos seus órgãos são reguladas por lei, com respeito pelo princípio da autonomia e da descentralização.

Finalmente, em terceiro lugar, a Constituição reconhece como competência legislativa relativamente reservada à Assembleia Nacional, fazer leis sobre «atribuições, competências, **bases da organização** e funcionamento das autarquias locais».

4. Uma das grandes funções das constituições é de se concentrarem no essencial das matérias. Daí que se compreenda o facto de a Constituição cabo-verdiana após estabelecer a estrutura orgânica essencial das autarquias (um órgão deliberativo e um órgão executivo colegial responsável perante aquele) e o modo de designação da assembleia (eleição da assembleia segundo o sistema de representação proporcional) não cuidar, por exemplo, do modo de designação de um órgão como o Presidente da Assembleia Municipal, que pela sua natureza é um órgão com escassos poderes essencialmente ligados à presidência do órgão, à direcção dos trabalhos e à polícia das sessões, a ponto de a própria lei não lhe atribuir sequer o poder de representar o Município, mas sim de representar a Assembleia Municipal (cfr. artigo 70º e alínea a) do nº 1 do artigo 98º) .

Pode-se concluir, pois, que não decorre da Constituição nenhuma base para se considerar que o cabeça de lista da lista mais votada tenha o direito a ser consagrado Presidente da Assembleia Municipal sem intermediação de um novo processo eleitoral para escolher os órgãos internos da Assembleia Municipal.

5. O facto de figurar no topo de uma lista em que os cidadãos vão votar para a escolha de membros da Assembleia Municipal pode conferir a um candidato o direito de ser a primeira pessoa a ser escolhida deputado municipal, quando o seu partido tiver mais

votos do que qualquer outro, por aplicação do critério de eleição próprio do sistema de representação proporcional previsto na Constituição e na lei, mas não lhe confere nenhum direito de participação na constituição dos órgãos internos superior a qualquer outro candidato do seu partido ou de outros partidos ou grupos de cidadãos que tenham sido designados deputados municipais por força da aplicação do sistema eleitoral proporcional vigente em Cabo Verde e, mais propriamente, do critério do método d' 'Hondt, estipulado no artigo 433º do CE. Apenas, por razões práticas, o legislador previu que, após o ato de instalação da nova assembleia, haverá uma mesa provisória presidida pelo primeiro nome da lista mais votada para dirigir os trabalhos da primeira reunião. Tanto é assim, que na falta do cabeça da lista mais votada presidirá à mesa o segundo nome da mesma lista e assim sucessivamente. Do facto da atribuição dos mandatos em função da ordem de precedência não resulta nenhum estatuto basicamente diferente para os deputados municipais eleitos que mantêm o direito de eleger e ser eleitos para qualquer cargo interno da Assembleia Municipal.

6. Os recorrentes afirmam que o cabeça de lista é visto *«pela lei e pelos eleitores como o candidato à liderança dos órgãos que emanarão da eleição»*. Mas, tal não decorre também da lei, porque em nenhum artigo do Código Eleitoral ou do Estatuto dos Municípios se encontra escrito que o primeiro nome da lista mais votada é candidato a Presidente ou, por hipótese, a líder do grupo de representantes na Assembleia Municipal. O que o Código Eleitoral diz é que, primeiro, as eleições dos membros dos órgãos municipais se fazem por lista plurinominal, segundo, que o eleitor dispõe de um voto singular de lista; terceiro que os candidatos de cada lista se consideram ordenados segundo a sequência que consta da declaração de candidatura e que os mandatos são atribuídos pela referida ordem de precedência (artigos 429º e 430º).

Por outro lado, é verdade que na comunicação política, especialmente, por ocasião das campanhas eleitorais, os partidos costumam, na sua retórica política, destacar no âmbito das suas candidaturas, que teoricamente integram um elemento programático e outro pessoal, as suas propostas para Presidente da Assembleia Municipal, indicando o cabeça de lista como candidato potencial a tal lugar. Mas de uma tal retórica política não pode resultar que o indivíduo que ocupa o primeiro lugar numa lista **ganha**, sem mais, no plano jurídico, o direito de ser consagrado Presidente da Assembleia Municipal de um município pelo facto de a lista que encabeçou para a

Asssembleia Municipal ter sido a lista mais votada. É que, num Estado de Direito Democrático, a retórica e a comunicação políticas, por mais importantes que sejam, não podem substituir as regras da Constituição e da Lei sobre o modo como se elegem os órgãos das autarquias, quer se esteja perante eleições de primeiro grau ou de segundo grau, como são as eleições para a mesa da Assembleia Municipal. Da mesma forma que, num outro plano, um putativo candidato a primeiro ministro pode ganhar as eleições e não ser nomeado pelo Presidente da República em certas situações, por exemplo numa circunstância em que o Partido daquele putativo candidato não tenha a maioria absoluta no Parlamento e não consiga um aliado para perfazer a maioria, ou numa outra situação em que, por razões de fundo, o órgão competente do partido vitorioso não indicar o seu nome ao Presidente República, também não é de excluir que o cabeça de lista da lista mais votada não seja escolhido pela Assembleia Municipal que é a única entidade que pode eleger o seu Presidente.

7. De mais a mais, também não se pode sobrevalorizar o sentido da decisão do eleitor nas eleições, como demonstra de resto a teoria da democracia, quando se posiciona sobre o que acontece nas eleições. Como diz o conceituado teórico italo-americano **Giovanni Sartori** «*as eleições não põem um programa a vigorar, mas decidem quem o faz. Eleições não decidem problemas substantivos, mas elas decidem quem os decide.*<sup>2</sup>» Muito frequentemente, as eleições «*não exprimem sequer as primeiras preferências ou as primeiras decisões. Além disso ... resulta da paradoxia de Arrows que as decisões da maioria podem perfeitamente não dizer nada no sentido de que não retratam as preferências da maioria e / ou de que as eleições não retratam «as preferências sociais» (isto é a ordem de preferências global) dos eleitores*<sup>3</sup>.

No caso *sub judice* não estavam, decerto, em causa decisões materiais concretas. Mas, não se pode deixar de concluir que, sobretudo, os eleitores votaram naqueles que vão escolher os titulares dos órgãos da Assembleia Municipal.

8. Os recorrentes defendem, como se viu, que «*faz ... todo o sentido que o ou a cabeça da lista mais votada assuma a presidência da assembleia plural...*» «*como aliás*

---

<sup>2</sup> Giovanni Sartori: *Demokratietheorie*, Darmstadt, 1992, p. 119.

<sup>3</sup> Cfr. Giovanni Sartori, ob. cit., p. 120.

*acontece – e até já por norma vinculativa de origem costumeira- em relação ao órgão municipal paralelo, a Câmara Municipal, saída da mesma eleição».*

É claro que não se pode negar um sentido político à indicação de uma determinada personalidade como cabeça de lista de um partido numas eleições. Na verdade, tal indicação normalmente alicerça uma pretensão política da pessoa em causa para se postular ao cargo. Mas, do sentido político que pode alicerçar uma pretensão da personalidade a se candidatar para um cargo interno da Assembleia Municipal não resulta o direito a ser convertido automaticamente em titular do cargo ou a se apresentar como candidato, excluindo a possibilidade de outras pessoas poderem, num processo competitivo, apresentar-se como candidatos também, independentemente da adesão que, a final, possam vir a merecer dos seus correligionários de partido ou mesmo dos colegas deputados municipais. Política é política, direito é direito. E é o Direito Constitucional e o direito em geral que estabelecem o quadro para a Política e não as pretensões político-partidárias que determinam o que é direito. No caso em análise as regras para o acesso ao poder, isto é à mesa, estão definidas no Estatuto dos Municípios e no Regimento da Assembleia Municipal da Boavista (nº 2 do artigo 68º do Estatuto dos Municípios em conjugação com o artigo 16º do Regimento<sup>4</sup> em vigor em conjugação com o nº 2 do artigo 121º da CRCV) .

Assim, não está excluída a possibilidade de os cabeças de lista serem posteriormente eleitos para o cargo de Presidente da Assembleia Municipal. Neste caso, todavia, o ato designativo para poderem ser titulares do cargo é um ato praticado pelos seus colegas eleitos locais à assembleia respetiva e não um ato eleitoral do povo chamado às urnas.

9. Para sustentarem a sua posição, no sentido da existência de um direito à Presidência da Assembleia Municipal pelo cabeça de lista da lista mais votada, os recorrentes insinuam que haveria uma situação idêntica à do Presidente da Câmara que é o candidato da lista mais votada para a Câmara Municipal.

---

<sup>4</sup> Regimento aprovado pela Deliberação nº 3, de 28 de fevereiro de 2018.



Ora, no caso do cabeça de lista para a Câmara Municipal, a situação é diferente. Aqui havia uma lei que até há pouco tempo atrás previa que o candidato da lista mais votada era o Presidente Câmara, conforme dispunha originariamente o nº 2 do artigo 11º do Decreto-Lei nº 122/91, de 20 de setembro. Em 1994, a Lei nº 118/IV/94, de 30 de dezembro, intitulada Lei Eleitoral para os Órgãos dos Municípios, estatuiu no nº 2 do artigo 12º o seguinte: «É eleito Presidente da Câmara o primeiro candidato da lista mais votada para a câmara municipal, ou, no caso de vacatura, o que lhe seguir na lista». Após a revogação desta norma, sem a sua substituição por outra do mesmo tipo de fonte de Direito, cimentou-se uma prática com aceitação geral e institucional aparentemente generalizada no sentido de que o cabeça de lista da lista mais votada para a Câmara Municipal era o Presidente deste órgão executivo, conforme se tinha estabelecido através do nº 2 do artigo 11º do Decreto-Lei nº 122/91 de 2 de setembro. Acontece, entretanto, que as três últimas eleições municipais se realizaram no pressuposto de que o Presidente da Câmara é o cabeça de lista da lista vitoriosa para a Câmara Municipal, pelo que se pode eventualmente falar da afirmação de um costume institucional, como de resto é admitido pelo ilustre juspublicista Mário Pereira Silva, autor da única Anotação ao Código Eleitoral publicada no país<sup>5</sup>.

Já no caso do Presidente da Assembleia Municipal parece que nem houve uma lei neste sentido, nem se pode falar da existência de um costume, que pode ser entendido como uma prática reiterada com a convicção da sua juridicidade e obrigatoriedade.

De facto, olhando para a realidade cabo-verdiana pode-se dizer, em primeiro lugar, que não é verdade que exista uma prática institucional (com a consequente convicção de juridicidade) no sentido de se considerar o cabeça de lista da lista mais votada para a Assembleia Municipal automaticamente como Presidente deste órgão. A regra é que os candidatos sejam sujeitos ao crivo do voto para a eleição pelos próprios membros da Assembleia Municipal enquanto colégio eleitoral de 2º grau. Em segundo lugar, não existe a consideração da alegada prática como obrigatória, o que se reflete no facto de se fazerem no âmbito da Assembleia Municipal sempre as eleições para o Presidente do órgão. Assim, a prática a existir, seria num sentido

---

<sup>5</sup> Cfr. **Mário Ramos Pereira Silva**: *Código Eleitoral Anotado*, 3ª edição, Praia, 2020, pp. 498 e seg.

contrário, isto é no sentido da eleição do Presidente pelos membros da Assembleia Municipal.

10. Por outro lado, seria, sem prejuízo para a devida deferência perante o legislador democrático, pouco lógico e eventualmente menos racional admitir-se a eleição direta pelo povo de um Presidente da Assembleia Municipal quando este não é, por lei, dotado de grandes poderes substantivos com impacto direto na vida da comunidade.

Na verdade, o Presidente da Assembleia Municipal tem por lei essencialmente poderes de presidência e direção da Assembleia Municipal sem grande relevância externa. Estes poderes são, nos termos do artigo 70º da Lei nº 134/IV/95, de 03 de julho, que aprova o Estatuto dos Municípios, os seguintes: a) Representar a Assembleia; b) Convocar as sessões; c) Dirigir as reuniões e manter a ordem e a disciplina nelas ( poderes de polícia de sessão); d) Promover a publicação de todas as deliberações e do expediente relativo à Assembleia que deva ser publicado e outros poderes que lhe sejam conferidos por lei, pelo regimento ou pela Assembleia.

Repare-se que, embora a assembleia seja um órgão representativo, nem sequer a lei reconhece ao Presidente da Assembleia Municipal a tarefa de representar o município, missão que cabe ao Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 98º do EM.

Assim, não faz, aparentemente, muito sentido prever a eleição direta pelo povo de um órgão que não tem poderes bastantes e congruentes com este tipo de legitimação.

Nesta linha, há décadas atrás, o eminente constitucionalista francês **Bernard de Chantebout** chamava muito bem a atenção para este facto quando, noutro nível de investigação, analisava os poderes do Presidente da República na Constituição francesa de 1958, destacando o seguinte : *«on ne mobilise pas le peuple tout entier pendant une campagne qui s'étend en fait sur de longs mois pour lui faire designer l' 'inaugurateur des expositions de chrysanthèmes et du Salon de l' 'auto».L' élection du Président de la République au suffrage universel direct fait de lui non seulement le représentant du peuple au même titre que l' 'Assemblée nationale prise dans son ensemble, mais lui confère en outre une responsabilité entière qui lui interdite en*

*pratique de se cantonner, même s' il le souhaitait, dans le rôle relativement effacé d' arbitre que la Constitution lui avait primitivement assigné»<sup>6</sup>.*

O facto de a lei cabo-verdiana ter num determinado momento previsto que é Presidente da Câmara o cabeça de lista da lista mais votada não se pode comparar com uma putativa previsão análoga para o Presidente da Assembleia Municipal. Já que estamos perante órgãos completamente distintos quanto aos poderes materiais e responsabilidades de representação, o que se pode notar de uma simples leitura dos artigos 98º, 100º e 102º, do EM, para não se falar do próprio estatuto protocolar do Presidente da Câmara.

Assim, não se consegue sustentar a tese de pura conversão do cabeça de lista da lista mais votada para a Assembleia Municipal em presidente deste órgão.

**B. A eleição realizada a 18 de dezembro pela Assembleia Municipal de S. Vicente viola o regime jurídico aplicável à eleição da sua mesa definitiva porque os deputados municipais em vez de escolherem como Presidente a candidata do partido mais votado para a Assembleia Municipal escolheram o candidato do segundo partido mais votado ?**

1. Os recorrentes começam a sua petição inicial dizendo o seguinte :

«1. A eleição ora impugnada teve lugar no dia 23 de novembro corrente,

2.No quadro da “instalação” da Assembleia Municipal saída das eleições autárquicas de 25 de outubro p.p.

3.A lista mais votada para a Assembleia Municipal da Boavista nas referidas eleições foi a apresentada pelo Movimento para a Democracia e cujo primeiro nome foi Elisabete dos Santos Évora;

4.Porém, a eleição recaiu em : Walter Emanuel da Silva Évora eleito pelo PAICV, para presidente, Kathia Cleunice Fortes Resende Mugia, eleita pelo PP, para Vice-

---

<sup>6</sup> Bernard Chantebout: *Droit Constitutionnel et Science Politique*, 7ª edição, Paris, 1986 pp. 506 e seg.

Presidente, e Cecílio Sousa Pinto pelo PAICV, para Secretário.

5. Por isso, **tal eleição viola a lei.**».

2. Vejamos o que diz o artigo em causa e como proceder à sua interpretação? O artigo 67º regula o ato de instalação da nova Assembleia Municipal e toma disposições quanto à composição da mesa provisória, à eleição da mesa definitiva e a vigência provisória do Regimento anterior. No seu número 3 estatui o seguinte: *«Concluído o ato de instalação, constituir-se-á uma mesa provisória presidida pelo primeiro nome da lista mais votada e secretariado pelos dois membros mais novos, que dirigirá os trabalhos da primeira reunião da Assembleia Municipal, com vista à aprovação do regimento e a **eleição dos outros membros da mesa definitiva**».*

Os recorrentes estribam-se numa leitura puramente literal do número 3 artigo do 67º para defenderem a sua tese de que « a presidência da Mesa continua a ser assegurada, por inerência, pelo “*primeiro nome da lista mais votada*” para a Assembleia Municipal..., transitando da situação de provisoriedade para a de definitividade no cargo. »

Não há dúvida de que da mera leitura do preceito em causa se pode concluir que a eleição em causa seria apenas para os outros membros da mesa definitiva. Contudo, tal interpretação não parece fazer muito sentido dado que, por um lado, ignora o contexto normativo em que se insere a norma do artigo do artigo 67º, nº 3, designadamente o artigo 68º e, sobretudo, a alínea a) do artigo 81º do Estatuto dos Municípios, e , por outro lado, fica por se eleger um membro da Mesa, que é o Presidente. Assim, o artigo 68º do EM diz que a mesa é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, para depois, no seu nº 2, estabelecer que *«a mesa é eleita pelo período do mandato, por escrutínio secreto, e por maioria absoluta de votos dos membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções».*

Por sua vez, a alínea a) do nº 1 do artigo 81º, que configura a primeira norma de competência enumerada da Assembleia Municipal, estatui que compete exclusivamente à Assembleia Municipal eleger o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário da mesa. O que significa que nenhum outro órgão autárquico ou de

qualquer outra natureza tem poderes para eleger qualquer um dos membros da Mesa, incluindo o seu Presidente.

Como é sabido, « *a interpretação não deve cingir-se à letra da lei, mas reconstituir a partir dos textos o pensamento legislativo, tendo sobretudo em conta a unidade do sistema jurídico, as circunstâncias em que a lei foi elaborada e as condições específicas do tempo em que é aplicada* »<sup>7</sup>, como de resto resulta claramente do disposto no n.º 1 do artigo 9.º do Código Civil cabo-verdiano que reflete a Teoria Geral do Direito, conforme à natureza do Processo Constitucional no qual se inserem os procedimentos eleitorais<sup>7</sup>.

Pode-se é certo argumentar que a redação do n.º 3 do artigo 67.º do EM não é muito feliz e que a sua interpretação isolada é suscetível de causar alguma dúvida no intérprete, quanto à conformidade da eleição com o mesmo preceito. Todavia, tendo em conta o sistema normativo em que se insere o citado artigo e o do prisma da interpretação sistemática, que leva a considerar o regime jurídico da eleição da mesa não parece existir aqui qualquer violação da lei e, mais propriamente deste regime jurídico estabelecido.

Considerando preceitos importantes caracterizadores deste regime, verifica-se que o artigo 81.º, enquanto norma organizatória ou de determinação de competência, atribui claramente a competência de eleger o Presidente da Assembleia Municipal à própria Assembleia. E, além disso, o artigo 68.º estabelece a modalidade de maioria necessária para tal eleição : maioria absoluta de votos dos membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções. Em conformidade, com o disposto no EM a prática tem demonstrado que a Assembleia Municipal tem exercido a sua função eletiva de modo pleno. E o Regimento da Assembleia Municipal da Boavista, é a expressão desta prática reiterada.

**C. Ao não contemplar na composição da Mesa da Assembleia Municipal qualquer elemento do partido mais votado nas eleições para a Assembleia Municipal o ato eleitoral terá violado o princípio da representação proporcional, enquanto expressão do princípio democrático, estabelecido nos artigos 105.º, 116.º e 234.º,**

---

<sup>7</sup> Cfr. Acórdão n.º 48/2020 do Tribunal Constitucional.

**nº 2 da Constituição da República, bem como os artigos 416º e 433º do Código Eleitoral?**

1. Os recorrentes pretendem que, ao não prever na composição da Mesa da Assembleia Municipal qualquer elemento do partido mais votado nas eleições para a Assembleia Municipal o ato eleitoral, em sede deste órgão deliberativo, terá violado o princípio constitucional geral de representação proporcional, enquanto expressão do princípio democrático, estabelecido no artigo 105º, 116º e 234º, nº 2 da Constituição da República, bem como nos artigos 416º e 433º do Código Eleitoral, erradamente indicados pelos recorrentes como sendo 405º e 422º, conforme constava do Código Eleitoral antes da revisão feita em 2010, através da Lei nº 56/VII/2010, de 9 de março.
2. Importa, primeiramente, ver o que se quer dizer com o princípio geral da representação proporcional, aqui convocado. Os requerentes referem-se, antes de mais, aos artigos 105º, 116º e 234º, nº 2 da Constituição. De que se trata? No artigo 105º, que se insere no Capítulo III (**Do sufrágio**), do Título I (**Das Formas de Exercício do Poder Político**) da Parte IV da Constituição (**Do Exercício do Poder Político**) se estatui o seguinte : *«A conversão de votos em mandatos, em cada colégio eleitoral plurinominal, far-se-á de acordo com o princípio da representação proporcional, salvo nos casos previstos na legislação eleitoral»*.

Ora, está-se aqui perante um princípio que determina o sistema eleitoral a praticar-se em cada circunscrição eleitoral onde se elegem várias pessoas, postulando-se que o número de lugares deve corresponder ao número de votos obtido por cada força política. Isto é, trata-se de um sistema eleitoral proporcional em contraposição a um sistema eleitoral maioritário.

O artigo 116º, integrado na Secção III (Da Eleição dos Deputados à Assembleia Nacional) do Capítulo III (Do Sufrágio) estabelece que *«em cada lista os candidatos consideram-se ordenados segundo a ordem de precedência indicada na respetiva declaração de candidatura e os mandatos serão atribuídos pela referida ordem de precedência»*. Esta disposição normativa reporta-se, no entanto, a Deputados à Assembleia Nacional.

Já o nº 2 do artigo 234º diz respeito às autarquias locais e prescreve que « *a assembleia é eleita pelos cidadãos eleitores residentes na circunscrição territorial da autarquia, segundo o sistema de representação proporcional*».

O Artigo 416º do CE reporta-se ao método de conversão dos votos em mandatos no sistema eleitoral proporcional para as legislativas, determinando o procedimento de apuramento conhecido como método de Hondt. Já o nº 1 do artigo 433º, que é o que interessa, também estabelece que na conversão dos votos em mandatos para o órgão deliberativo municipal também se obedece ao método de Hondt, «nos termos aplicáveis aos deputados» nacionais.

3. A pergunta que se impõe agora é se existe uma violação do princípio da representação, quando o resultado dos atos eleitorais determinou que apenas houvesse representação na mesa de duas forças políticas.

A verdade é que o princípio da representação proporcional ora reclamado vigora apenas para as eleições dos órgãos referidos na Constituição como órgãos do Poder Político, eleitos pelo povo por sufrágio universal, direto, secreto e periódico, como decorre do artigo 104º da Constituição. Aí se diz textualmente o seguinte: «*No exercício do poder político, o povo designa por sufrágio universal, direto, secreto e periódico os titulares dos órgãos eletivos do poder político*».

4. Não existe nem na Constituição nem na lei uma determinação no sentido da aplicação do sistema proporcional à eleição da mesa, tanto mais que se trata de um grémio específico que reclama pessoas com um determinado perfil e capazes de poderem configurar uma equipa de trabalho.

Contudo, o nº 2 do artigo 68º do EM determina que a mesa «é eleita por maioria absoluta de votos dos membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções», o que equivale a dizer que não se aplica o sistema proporcional e o seu princípio de representação. No mesmo sentido, o artigo 16º do Regimento da Assembleia Municipal da Boavista prevê o quadro normativo para a eleição da Mesa ao estipular o seguinte : «*1. A mesa é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário. 2. A mesa é eleita por escrutínio secreto, pelo período*

*do mandato, de entre listas completas e nominativas, nas quais constam os cargos a desempenhar pelos respetivos candidatos, sob proposta de qualquer membro da Assembleia Municipal ou Grupo Político.<sup>3</sup> A Mesa é eleita por maioria absoluta dos votos dos membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções».*

5. No caso da eleição da mesa da Assembleia Municipal da Boavista a eleição da mesa, composta pelo Presidente, Vice- Presidente e pelo Secretário não foi feita pelo povo, mas sim pelos seus representantes, isto é pelos deputados municipais eleitos pelo povo. Ora, não se pode confundir o representante com o representado, não só porque a Constituição faz a distinção clara entre povo e representantes ( artigos 4º, 140º e 163º), mas também porque, em Cabo Verde, vigora uma democracia representativa e não uma democracia identitária, que postula a identidade entre governantes e governados.
6. Nem a Constituição nem o Estatuto dos Municípios determinam uma composição pluralista da Mesa, no sentido de que têm de figurar nela todos ou os principais grupos políticos presentes no deliberativo municipal, embora tal composição seja desejável e tenha sido praticado em Cabo Verde ao longo das três décadas de Poder Local democrático, o que de resto parece ser mais compatível com o modelo referencial de composição da mesa da Assembleia Nacional, e mais ajustado à cultura política que entretanto se desenvolveu no país.
7. No caso das eleições realizadas na Assembleia Municipal na Cidade de Sal-Rei, no dia 23 de novembro, o grupo de representantes do Movimento para a Democracia contesta o resultado da eleição para a mesa por, alegadamente, ter sido excluída dela.

Na verdade foram apresentadas duas listas, a lista A, do MPD, e a lista B, proposta pelo PAICV e pelo PP. A primeira lista, sujeita à votação, obteve 5 votos a favor e oito contra. A segunda lista, proposta pelo PAICV e pelo PP, obteve oito votos a favor e cinco contra. Sendo assim, a proposta do PAICV e do PP venceu e a lista do MPD foi rejeitada, uma vez que não alcançou a maioria necessária: maioria absoluta dos membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções.



8. De notar que os grupos políticos, PAICV e PP, associaram-se para apresentarem uma lista capaz de gerar a maioria necessária para conquistar os lugares na Mesa, o que é legítimo em democracia. E não se pode esquecer que o regime da eleição da Mesa da Assembleia Municipal baseia-se no critério da maioria absoluta dos membros em efetividade de funções, e não no da representação proporcional, ou na pretensão de se ter uma mesa com todos os partidos e grupos políticos com assento no órgão deliberativo municipal, até porque há situações em que haverá mais grupos que assentos na Mesa da Assembleia Municipal.
9. Sugerem os recorrentes que há aqui uma violação do princípio democrático. Antes de se responder à pergunta, importa muito brevemente ver como é que este princípio se apresenta na Constituição da República.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que a Constituição cabo-verdiana caracteriza a República como democrática (nº 1 do artigo 1º) e o Estado como de Direito Democrático (nº 1 do artigo 2º), definindo assim, o regime político. Estabelece ainda o princípio da soberania popular (artigo 3º), ao afirmar que o povo exerce o poder nas formas e termos previstos na Constituição. Assim, o povo, enquanto conjunto dos cidadãos, exerce o poder através do sufrágio (artigos 4º, 104º, 106º, 109º e 117º), através do referendo (artigo 4º e 103º), através da iniciativa legislativa de grupos de cidadãos (alínea c) do nº 1 e nº 4 do artigo 157º) e através dos representantes eleitos.

Importante também é que a Constituição reconhece o direito de oposição democrática (artigo 118) e a liberdade de constituição e atuação dos partidos políticos (artigo 57º) e estabelece a regra da maioria nas deliberações dos órgãos colegiais. Assim, em relação a este último aspeto determina no seu artigo 121º que *«as deliberações dos órgãos colegiais são tomadas à pluralidade de votos, exceto nos casos em que a Constituição, a lei ou os respetivos regimentos disponham de forma diferente»*.

Ora, bem, no caso em apreço, isto é na votação que ocorreu no dia 23 de novembro a Assembleia Municipal da Boavista tomou uma deliberação mediante o voto por maioria absoluta, o que corresponde a exercício da democracia. Sendo assim, não se pode dizer que se verificou algum desrespeito pelo princípio democrático, considerando que a regra da maioria está no centro do princípio democrático de decisão, previsto na nossa Constituição.

Deste modo, à pergunta formulada deve-se responder que a Assembleia Municipal da Boavista não violou o princípio da representação proporcional, enquanto expressão do princípio democrático, estabelecido nos artigos 105º, 116º e 234º, nº 2 da Constituição da República, bem como os artigos 416º e 433º do Código Eleitoral.

Do exposto decorre também que não existe qualquer fundamento para se repetir as eleições apenas para os cargos de vice-presidente e de secretário da mesa da Assembleia Municipal, como pretendem os ilustres recorrentes.

### **III. Decisão**

Pelo exposto, os Juízes Conselheiros, reunidos em Plenário, decidem não dar provimento à presente impugnação e confirmar a eleição da Mesa da Assembleia Municipal da Boavista realizada no dia 23 de novembro de 2020.

Registe, notifique e publique.

Praia, 17 de dezembro de 2020

*Aristides R. Lima*(Relator)

*José Pina Delgado*

*João Pinto Semedo*

### **ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 22 de dezembro de 2020.

O Secretário,

*João Borges*